

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.220 - DF (2019/0062218-2)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA DA FAZENDA PÚBLICA
DO DISTRITO FEDERAL - DF
SUSCITADO : JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL INFÂNCIA E
JUVENTUDE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE GOIANÉSIA - GO
INTERES. : PAULO MIRANDA DA SILVA
ADVOGADOS : APARECIDO BERNADO DA COSTA - GO037899
MARIANA NAZARE SIQUEIRA SILVA - GO046793
INTERES. : SAGA SUPER CENTER COMERCIO DE VEICULOS LTDA
ADVOGADOS : RUY AUGUSTUS ROCHA - GO021476
ÉRICA BARBOSA DE SOUZA - GO031453
ANA FLAVIA DE MORAIS AMARAL E OUTRO(S) - GO045954

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo por iniciativa do Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, Infância e Juventude, Família e Sucessões de Goianésia, Estado de Goiás, relativamente à ação de restituição de valores pagos c/c indenização por dano moral proposta por Paulo Miranda da Silva em desfavor de Saga Super Center Comércio de Veículos Ltda.

Na inicial, o autor relata que adquiriu veículo automotor da ré, que depois se descobriu ser objeto de crime de apropriação indébita, de modo que a verdadeira proprietária do bem move processo judicial para reavê-lo, tendo tido que constituir advogado para sua defesa, situação que causou lesão à honra da qual também pretende se ressarcir. Acrescenta que a relação jurídica é regida pelo Código de Defesa do Consumidor.

O Juízo suscitado declinou da competência em favor do Juízo candango, ao pressuposto de que as partes são as mesmas que litigam em ação declaratória de nulidade de negócio jurídico c/c reivindicação de posse 2015.01.1.079575-8, havendo prevenção pela anterior distribuição dessa, além de a conexão existente recomendar a reunião dos processos (fls. 211/212).

O Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal suscitou o presente conflito, ao argumento de que a Lei de Organização Judiciária exige a presença de ente público num dos polos da ação, sendo *intuitu personae*, o que não se verifica na espécie, além de que a conexão não se presta para a declinatoria quando se

cuidar de competência absoluta (fls. 238/241).

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pela competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, Infância e Juventude, Família e Sucessões de Goianésia, GO (fls. 248/252).

Assim delimitados os fatos, verifica-se que deve ser declarada a competência do Juízo suscitado.

Fixada essa premissa, tem-se que a controvérsia que envolve relação de consumo, o feito de iniciativa do consumidor, quando distribuído perante o foro do seu domicílio, detém natureza absoluta, de sorte que não é possível declinar por motivação própria da competência relativa, como é o caso da conexão e da continência.

A matéria conta com jurisprudência pacificada no âmbito da Segunda Seção do STJ, no sentido de que, nos contratos de adesão, o foro de eleição contratual cede em favor do local do domicílio do devedor, sempre que constatado ser prejudicial à defesa do consumidor, podendo ser declarada de ofício a nulidade da cláusula de eleição pelo julgador. Os seguintes precedentes são exemplo desse entendimento:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO OBJETIVANDO COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EXECUÇÃO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INCIDÊNCIA. FORO DO DOMICÍLIO DO AUTOR.

I - Com a edição da Súmula 321 desta Corte, não resta mais dúvida de que *"o Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes"* (DJ 5.12.05, p. 410).

II - Cuida-se de contrato típico de adesão, em cujo âmbito a jurisprudência repele a eficácia da cláusula de eleição de foro, na medida em que, via de regra, incidiria sua aplicação em detrimento do consumidor, havido como hipossuficiente na relação estabelecida.

III - Legítima a opção do beneficiário do plano de previdência privada em litigar no foro do seu domicílio, objetivando complementação da aposentadoria, conforme lhe autoriza o artigo 101, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor.

IV - Incide, na espécie, a regra geral prevista no art. 575, II, do CPC, no sentido de que a execução de título judicial deve ter seu curso perante o Juízo prolator da sentença.

V - Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo suscitante, qual seja, o da 12ª Vara Cível de Santos - SP.

(CC 78.765/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, unânime, DJe de

7.4.2008)

Competência. Conflito. Foro de Eleição. Código de Defesa do Consumidor. Instituição Financeira. Contrato de Arrendamento Mercantil.

- O Código de Defesa do Consumidor orienta a fixação da competência segundo o interesse público e na esteira do que determinam os princípios constitucionais do acesso à justiça, do contraditório, ampla defesa e igualdade das partes.

- Prestadoras de serviços, as instituições financeiras sujeitam-se à orientação consumerista.

- É nula a cláusula de eleição de foro inserida em contrato de adesão quando gerar maior ônus para a parte hipossuficiente defender-se em ação de reintegração de posse que envolva relação de consumo, em local distante daquele em que reside.

- Segundo o CPC, elegendo-se foros de eleição alternativos, sendo um deles o domicílio da ré, prorroga-se, por convenção das partes, a competência especial prevista no art. 100, IV, "b", do CPC.

- Declinado no contrato de arrendamento mercantil domicílio no qual não mais reside a ré, mas de quem não se sabe ao certo a atual residência, deve aquele prevalecer em benefício do consumidor, por força da determinação cogente do CDC.

(CC 30.712/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, unânime, DJU de 26.6.2002)

Assim, verificada a existência de relação de consumo no caso dos autos, o foro de residência do consumidor é competente para a discussão judicial das questões a eles vinculadas.

Ademais, a remessa do feito para a capital federal implicaria enorme sacrifício à defesa do autor, que teria de exercitá-la em outra unidade da federação.

Situação análoga foi examinada pela Segunda Seção no julgamento do CC 113.130/SP, em que adotada a mesma solução:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÕES INDENIZATÓRIAS. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. INCONVENIÊNCIA DA MEDIDA.

1. Não se afigura razoável a reunião de duas ações indenizatórias decorrentes de uma mesma relação jurídica de direito material (acidente de trânsito) se os autores estão em comarcas que distam

quase 03 mil quilômetros entre si e se as pretensões de cada um são diferentes.

2. O art. 103 do CPC se limita a instituir requisitos mínimos de conexão, cabendo ao Juiz, conforme os elementos presentes em cada caso, aquilatar se a adoção da medida se mostra aconselhável e consentânea com a finalidade do instituto, que, em última análise, se presta a colaborar com a efetividade da justiça e a pacificação social.

3. O critério fundamental a ser sopesado pelo julgador nessa avaliação situa-se em torno da verificação da conveniência da reunião dos processos.

4. A mera possibilidade de juízos divergentes sobre uma mesma questão jurídica não configura, por si só, conexão entre as demandas em que foi suscitada. A prolação de decisões conflitantes, embora indesejável, é evento previsível, cujos efeitos o sistema procura minimizar com os instrumentos da uniformização de jurisprudência (CPC, art. 476), dos embargos de divergência (CPC, art. 546) e da afetação do julgamento a órgão colegiado uniformizador (CPC, art. 555, § 1º), dando ensejo, inclusive, à edição de súmulas (CPC, art. 479) e à fixação de precedente destinado a dar tratamento jurídico uniforme aos casos semelhantes.

5. A despeito da inexistência de previsão no art. 103 do CPC, a identidade de partes constitui elemento de extrema importância, a ser levado em consideração pelo julgador ao decidir se a conexão é de fato oportuna. O reconhecimento de conexão entre ações que, apesar de possuírem uma mesma relação jurídica de direito material, tenham apenas identidade parcial de partes, pode, conforme o caso, impor sérios entraves ao regular desenvolvimento dessas ações, inclusive em detrimento dos próprios interessados. Por outro lado, é possível imaginar situações em que a conexão de ações com identidade apenas parcial de partes será benéfica, por agilizar e baratear a instrução, bem como por possibilitar a prolação de uma única decisão, válida para todos. Dessa forma, o juízo quanto à conveniência da conexão deve ser feito de forma casuística, a partir das circunstâncias presentes em cada caso, contemplando inclusive a identidade de partes.

6. Conflito não conhecido.

(Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, unânime, DJe de 3.12.2010)

Em face do exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, Infância e Juventude, Família e Sucessões de Goianésia, GO.

Comunique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

